

Igreja pede reforço do papel do Estado para responder a crise económica e social “sem paralelo”

Conferência episcopal
Natália Faria

Pandemia deve ajudar a “repensar” modelo social e económico e não pode servir para atropelos de direitos, avisam os bispos

Quando a pandemia de covid-19 estiver superada, “espera-nos uma crise económica e social de uma dimensão que não tem paralelo na história mais recente”. O aviso, claro e conciso quanto baste, está contido na reflexão que os bispos apresentaram ontem, no desfecho do encontro em que o bispo de Setúbal, D. José Ornelas, foi

eleito presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), sucedendo, assim, a D. Manuel Clemente.

No documento lido aos jornalistas, no que pretendeu ser um contributo para o que a Igreja Católica considera ser a necessidade de “repensar os alicerces” da sociedade pós-covid-19, os bispos antevêm que o desemprego e a pobreza vão em breve atingir “níveis muito elevados”, o que se percebe, desde logo, pelos “pedidos de ajuda para satisfação das mais básicas necessidades alimentares que se têm multiplicado como nunca se viu no passado recente”. E a primeira coisa a fazer será valorizar o papel do Estado, “não só no que diz respeito aos necessários apoios sociais, mas também no que diz res-

peito ao relançamento da economia”. “Verifica-se agora que o mercado ou uma economia movida pelo interesse individual não conseguem, por si só, fazer face a tão exigente tarefa”, declaram os bispos, insistindo que a intervenção do Estado “no plano das políticas social e económica” será agora tão determinante quanto na Grande Depressão que atingiu o mundo na primeira metade do século XX.



D. José Ornelas,
bispo de Setúbal,
é o novo
presidente da
Conferência
Episcopal
Portuguesa

“Esse papel do Estado é reconhecido pela doutrina social da Igreja, salvaguardado que seja o princípio da subsidiariedade, isto é, desde que ele não se torne onnipotente, anulando as iniciativas da sociedade civil”, declaram, lembrando embora que “convirá não cair na ilusão de que do Estado se pode esperar a superação da crise sem o contributo da iniciativa e criatividade da sociedade civil, quer no plano dos apoios sociais, quer do relançamento da economia”.

De resto, e considerando que a experiência, “inédita” para as actuais gerações, que o mundo atravessa por causa da pandemia deve servir para “repensar os alicerces” em que assenta a sociedade actual, os bispos

vincaram a necessidade de reconfigurar o “velho” sistema económico que se mostrou gerador de tantas desigualdades. E lembram que a reconstrução da sociedade não poderá ser moldada por nenhuma forma de “determinismo” ditado pela necessidade de evitar novos surtos da pandemia. Dito de outro modo, é urgente “distinguir entre exigências de curto prazo” e “opções de mais vasto alcance”. Em termos práticos, a Igreja procura travar a possibilidade de os atropelos à liberdade individual e à privacidade dos cidadãos e de o fecho de fronteiras passarem a constituir regra, ao invés de excepção.

nfaria@publico.pt